



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Deputada Federal Marília Arraes (PT/PE)

Apresentação: 20/04/2021 16:08 - CME

REQ n.38/2021

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021

(Das Sras Deputadas Joenia Wapichana e Marília Arraes)

Requer na realização de audiência pública para debater as propostas de privatização da Eletrobrás.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater as propostas de privatização da Eletrobrás.

Para a audiência, sugerimos os (as) seguintes convidados (as):

- Representante da Associação dos Empregados da Eletrobrás - AEEL
- Representante do Ministério de Minas e Energia
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL)
- Representante da Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste - FRUNE
- Representante da Confederação Nacional dos Urbanitários - CNU
- Representante da Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético - ILUMINA
- Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214317243000>



* C D 2 1 4 3 1 7 2 4 3 0 0 0 *

ExEdit

JUSTIFICAÇÃO

A Eletrobrás é uma empresa estatal constituída em 1962 com o objetivo de suprir uma demanda de geração, transmissão e distribuição de energia que não era abrangida pelas empresas privadas. O déficit de fornecimento de energia prejudicava o desenvolvimento nacional já que o investimento em áreas mais remotas não era economicamente prioridade dessas empresas.

A Eletrobrás hoje possui 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, duas term nucleares, 62 usinas eólicas e uma usina solar. Sua gestão permite equilibrar as diferenças geográficas e climáticas existentes na imensa extensão territorial brasileira compensando perdas e ganhos, o que unifica e diferencia o nosso sistema criando segurança e estabilidade.

Desde o início, a principal função da Eletrobrás foi a de controlar empresas subsidiárias e com isso se tornou uma gigante no mercado. Porém, os programas de privatizações sofridos pelas estatais brasileiras a partir da década de 90 atingiram todos os setores e, no caso do sistema elétrico, elas ocorreram em larga escala. Não é novidade o interesse de alguns governos em privatizar a Eletrobrás, tanto que vários projetos tramitam no Congresso Nacional com essa temática.

Os autores desses projetos alegam que a privatização atrairia recursos para o caixa da empresa e recuperaria sua capacidade de investimentos, o que contribuiria, segundo o Governo Federal, para ampliar sua participação e relevância no mercado, que hoje se encontraria em queda. No entanto, praticamente todos os setores dependem da energia elétrica, motivo pelo qual as tarifas devem ser decididas em espaço público pois são um grande instrumento de arrecadação.

Ao capitalizar uma empresa não há garantia de equilíbrio de investimentos em todas as regiões, também não há como afirmar que não haverá monopólio no controle da companhia. No caso, a desestatização da Eletrobrás provavelmente tornaria a conta de energia paga pelos brasileiros ainda mais cara com o fim das cotas instituídas pela MP 579/2012 para a comercialização da energia produzida pelas usinas, o que hoje permite a venda da energia abaixo do preço de mercado. Ou seja, no futuro, a empresa pode ter ganhos em eficiência, mas que não serão repassados ao consumidor final, apenas a seus acionistas.



Um detalhe peculiar muitas vezes esquecido quando falamos da Eletrobrás, é que ao controlar a geração de energia ela controla os recursos hídricos que permitem o processo, ou seja, a empresa é uma das responsáveis pela gestão das águas no Brasil, aspecto que incide diretamente sobre a soberania nacional. As reservas hídricas brasileiras em seus múltiplos usos estabelecidos em nossa legislação, estão diretamente ligadas à segurança nacional. Sendo assim, a privatização poderia trazer riscos para o Estado brasileiro.

A gestão das águas por uma empresa pública é questão estratégica de interesse coletivo e o serviço fornecido ao consumidor final deve ser prioridade quando falamos da pauta essencial que é a energia elétrica. Sendo assim, solicitamos o apoio dos pares para a aprovação do presente requerimento no intuito de que essa discussão possa enriquecer a tomada de decisões por esta Casa.

Sala das Comissões, de abril de 2021.

Deputada **JOENIA WAPICHANA**
REDE/RR

Deputada **MARÍLIA ARRAES**
PT/PE





Requerimento **(Da Sra. Joenia Wapichana)**

Requer na realização de audiência pública para debater as propostas de privatização da Eletrobrás.

Assinaram eletronicamente o documento CD214317243000, nesta ordem:

- 1 Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR)
- 2 Dep. Marília Arraes (PT/PE)

